

***Rogo a Vm^{ces} mandarem pelo vapor de Abril quatro mil res:
sobre as expressões de tratamento em cartas manuscritas de
1881***

***Rogo a Vm^{ces} mandarem pelo vapor de Abril quatro mil res: about the expressions of
treatment in handwritten letters of 1881***

Grace dos Anjos Freire BANDEIRA*
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

RESUMO: Com vistas à descrição das expressões de tratamento empregadas nas cartas objeto da Pesquisa sobre os registros de português no Amazonas dos séculos XIX e XX, consideramos um total de 104 correspondências manuscritas para dar-lhes uma abordagem funcionalista (GIVÓN, 1995; VOTRE *et al.*, 1997; PAREDES SILVA, 1998; LOPES, 2019). Neste artigo, trazemos as escolhas que os remetentes fazem ao se dirigirem aos destinatários das cartas comerciais produzidas ao longo do ano de 1881; oportunidade em que consideramos as realizações de Vossa Mercê nos documentos em análise. Nossos resultados sobre as formas de tratamento reservadas à segunda pessoa (o não-eu, em termos semântico-discursivos) indicam a constituição de amostras ternárias em determinados domínios sintáticos e, desse modo, revelam os recursos à época em uso para designar uma relação entre quem informava suas necessidades materiais e aquele que, em razão do ofício, despachava, da capital Manaus, as mercadorias para as cidades do interior amazônico.

PALAVRAS-CHAVE: Funcionalismo. Variação. Expressões de Tratamento. Região Amazônica. Cartas comerciais manuscritas.

ABSTRACT: In order to describe the treatment expressions used in the letters object of the Research on Portuguese records in Amazonas in the 19th and 20th centuries, we considered a total

* Doutora em Letras pela Universidade Federal do Paraná. Professora de Língua e Literatura Latina da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Amazonas. Manaus/AM. Coordenadora do Projeto de Pesquisa “Cartas dos séculos XIX e XX: organização de um *corpus* diacrônico do português registrado no Amazonas no período áureo da borracha”, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. E-mail: gracebandeira@ufam.edu.br. Orcid: 0000-0002-0228-8947.

of 104 handwritten correspondences to give them a functionalist approach (GIVÓN, 1995; VOTRE *et al.*, 1997; PAREDES SILVA, 1998; LOPES, 2019). In this article, we bring the choices that senders make when addressing the recipients of business letters produced throughout 1881; opportunity in which we consider the use of ‘Vossa Mercê’ in the documents we are studying. Our results on the forms of treatment reserved for the second person (the non-self, in semantic-discursive terms) indicate the constitution of ternary samples in certain syntactic domains and, thus, show the strategies used to designate a relationship between those who informed their material needs and the one who sent the products from the capital Manaus to cities in the interior of Amazonas.

KEYWORDS: Functionalism. Variation. Expressions of Treatment. Amazon region. Handwritten business letters.

Introdução

O trecho de carta com que iniciamos este artigo data de 15 de março de 1881. Nele, *Vm^{ces}* é a forma lexicalizada com que o remetente de sexo masculino traduz o modo como deseja referir-se aos irmãos proprietários da empresa aviadora. Tal forma não é, no entanto, a única com tal fim. Noutros momentos, conhecemos, além de *Vm^{ces}*, a opção por Amigos, ou ainda por Snr^s (Senhores).

Nestes termos, trazemos o objetivo da Investigação que ora apresentamos neste artigo, quer seja o de identificar as expressões de tratamento empregadas nos escritos em estudo, para exibir as alternâncias de uso em cinco domínios sintáticos, como a seguir: (i) em função vocativa; (ii) em função nominativa; (iii) em função acusativa; (iv) em função dativa e (v) em função oblíqua. Como dizíamos, nosso objeto de pesquisa são cartas escritas à mão que datam de 1881 e se põem como um *corpus* que não só ilustra um período de apogeu econômico da região Amazônica (em razão da extração e venda férteis do látex de seringueiras), mas também serve de registro da língua portuguesa; em particular, de seus modos de expressão vindos do interior amazônico. As cartas em questão têm, portanto, sua história relacionada àquela que se consagrou como a maior casa fornecedora de bens de consumo e de produção do período áureo da borracha na região antes identificada – a *Araújo Rosas & Irmãos*, designação da empresa quando se estabelece em Manaus em 1877; e depois, *J. G. Araújo & Cia. Ltda*, sua última denominação já na altura dos anos de 1989, quando chega ao fim.

Ao longo dos anos de 1877 a 1989, a empresa dos Araújo vendia aos que residiam no ‘interior’ o que vinha expresso em cartas que eram enviadas para a capital Manaus, sede da companhia, de onde, então, partiam os produtos descritos nas correspondências, tal como o que se conta a seguir e que lemos na carta de Santa Fé¹, de 15 de setembro de 1881: *Temos enfrente os estimados favores de Vm^{ces} de 27 de junho p.p^{do} e os de 1^o, 3, e 27 de Agosto proximo findo, sciente de seus conteudos e agradecidos de sua promptidão. [...] Juntamos uma nota de objectos que necessitamos como verão incluzo.* No ano de 1989, fecha-se a *J. G. Araújo & Cia. Ltda* e, nesse mesmo período, seus familiares doam para a Universidade Federal do Amazonas diversos documentos produzidos pela empresa ao longo de mais de 110 anos de atuação; dentre os quais destacamos as Escrituras de Seringais, os Contratos de Trabalho, Os Livros Razão e os originais das cartas manuscritas relativas aos aviados da empresa. A propósito dos aviados, temos a esclarecer que dizem respeito ao sistema de comercialização que se chamou de aviamento. Explicamos: nas cartinhas, o remetente relacionava os produtos de que tinha necessidade, ou dizia-se indignado com a qualidade do que havia sido enviado. Viajavam, assim, pelos rios amazônicos, fósforos, tartarugas, tecidos, sapatos e outros itens de higiene e limpeza, e também ‘viajavam’ de barco (ou vapor, ou lancha) os documentos em língua portuguesa que tomamos para estudar. Na sua chegada a Manaus, as cartas eram aviadas (como ainda hoje, as receitas médicas), isto é, eram preparadas para despacho; produto a produto era embalado, pesado e endereçado para a cidade do remetente. Este que nos interessa, fundamentalmente, não somente em relação às suas escolhas linguísticas pessoais, como também no que diz respeito àquelas de natureza social ou indicativas de pertencimento a um grupo ou comunidade linguística². No caso em específico, estamos tratando do homem que vive (ou passa a viver) fora da capital do Amazonas, na esperança de dias de maior fatura com o advento do ciclo de produção do látex amazônico. O que constatamos mostra-nos, e é o que apontamos a seguir, que nem tudo saiu como planejado, ou que a abundância veio somente para alguns poucos. Os relatos permitem-nos conhecer, em particular, a escassez de um mínimo conforto material; tal como lemos em trecho de documento de Manacapuru³, aos 18 de julho de 1881, a seguir: *Senr Joaquim espero Vã^{ce} mandar por ordem do*

1 Hoje, a referência a Santa Fé nos reporta à região do Município Amazonense de Ipixuna. A localidade chama-se, nos nossos dias, de Seringal (de) Santa Fé. Reporto o leitor a <http://www.eprm.gov.br>, para conhecer, em estudos de cartografia regional, o Igarapé Santa Fé que dá nome à região em questão.

2 A noção que aqui recordamos não se sustenta nem na disposição geográfica de países (ou cidades, por exemplo), tampouco em fronteiras políticas, mas sim na constituição de um grupo que toma uma dada e mesma língua como sua.

3 Manacapuru, que em língua indígena tupi significa ‘flor matizada’, é cidade do Amazonas à margem esquerda do Rio Solimões.

Senr Luiz Jose de Faria [...] as seguintes mercadoria estou com muita farta 1 @⁴ de Carne Cecá [ilegível] de asucar 3 kilo de aroz 1 papel de agulha para maquina.

Com o estudo da escritura de relatos como os que antes trouxemos, aproximamos dos dados que submetemos a análises morfossintáticas de cunho funcionalista, com vistas a determinar, com o exame das expressões linguísticas nas funções sintáticas já delimitadas, quais itens lexicais correspondem a quais funções; importando, por conseguinte, a um novo (ou outro) modo de significação que acaba por resultar das relações, na sentença, dos elementos funcionais. Daí tomarmos a abordagem funcionalista no sentido de investigar como se processa a comunicação entre os usuários das línguas naturais humanas, quando no exercício de sua competência comunicativa (cf. Halliday, *apud* GIVÓN, 1995, p. 2).

No que concerne aos limites do trabalho aqui em discussão, pretendemos deixar registrados os nossos resultados acerca dos nomes e pronomes que serviram para o ‘bem tratar’ em documentos do ano de 1881 – um total de 104 (cento e quatro) cartas, em cujos textos revelam-se as formas que traduziram, à época, a função de nomear o ser a quem se dirige diretamente uma mensagem, num *continuum* de maior ou menor grau de formalidade. Noutras palavras, perguntamo-nos sobre quem são aqueles que recebem a mensagem nas cartas que estamos estudando a partir da designação adotada pelo escritor da correspondência; ensejando, assim, o conhecimento de como era o ‘sistema’ das formas de tratamento de segunda pessoa no Amazonas de 1881. Vemos, portanto, relevância em se poder atestar a existência de variação e, por conseguinte, de variantes em disputa na expressão pronominal (ou nominal⁵) do interlocutor a quem uma mensagem é dirigida por escrito: se vossa mercê, se senhor, se vossa senhoria, se amado, se amigo, por exemplo (e flexões). Para tal, nós nos ocupamos, fundamentalmente, da sua distribuição sintática: se na função de chamamento (vocativa), se na de sujeito sintático (nominativa), se na de objeto direto de verbo (acusativa), se na de objeto indireto de verbo (dativa), se na de complemento preposicionado de forma nominal (obliqua). O que aqui pretendemos é poder dizer como tende a se comportar (ou se dispor em ordem na cadeia sintática) cada estratégia de tratamento de segunda pessoa; noutras palavras, como se dá

4 O sinal @, no documento em estudo, representa a arroba, medida de peso que equivale, arredondando, a quinze quilogramas.

5 Apropriamo-nos do termo SN afetivo, em Lopes (2019, p. 287), usado para dizer que, no PE, a referência à segunda pessoa pode construir-se com a desinência verbal de 2ª pessoa (Entregarás dinheiro agora) ou com a de 3ª pessoa (Entregará o dinheiro agora). Continua a autora dizendo, à luz dos dois dados que traz, que a desinência verbal de 3ª pessoa não está necessariamente associada a você, mas a ‘senhor’, ou a um ‘prenome de interlocutor’, ou ainda a um ‘SN afetivo’, por exemplo.

a correlação entre a expressão de tratamento (nosso objeto de estudo), suas distintas lexicalizações e o que cada uma designa – em todo e qualquer contexto de uso que pudermos descrever relativamente ao nosso conjunto de dados.

Simultaneamente ao que nos vinha sendo apresentado em relação às formas de referenciar o destinatário das cartas em análise, foram-se revelando também distintas realizações de Vossa Mercê; conteúdo de que nos servimos com vistas a contribuir com o conhecimento sobre a história que envolve uma forma cujas marcas gramaticais apontam uma trajetória: de ‘expressão nominal de tratamento’ (especificação original de terceira pessoa) a ‘pronome de segunda pessoa’ (cf. LOPES, 2008, p. 56).

1. O Tratamento no português do Brasil

Para registrar o que se tem discutido a respeito das formas de expressão de tratamento em português brasileiro, trazemos o tema em questão sob a compreensão de um fenômeno linguístico que pode ser estudado sob a perspectiva de expressão variável de segunda pessoa. Em assim sendo, pretendemos, nesta seção, dar destaque a Pesquisas que nos falam das disputas entre os mestres da arte de variar, tais como vossa mercê, senhor, ilustríssimo, excelência, você e tu.

Iniciemos considerando Cunha e Cintra (1996, p. 292), para quem os pronomes de tratamento são “palavras e locuções que valem por verdadeiros pronomes pessoais, como: você, o senhor, Vossa Excelência”. No que diz respeito à relação pronome e verbo, dizem, ainda, os autores que, “Embora designem a pessoa a quem se fala (isto é, a 2^a), esses pronomes levam o verbo para a 3^a pessoa”.

Já em Vilela (1999, p. 207), lemos que “os pronomes constituem uma lista fechada de formas com as seguintes características: (normalmente) são flexionáveis (gênero e número), não são comparáveis, são elementos que ganham peso denotacional na referencialidade do texto ou situação”. Para o autor, o próprio termo *pro-nomen* convida ao valor de relação entre esta mesma categoria gramatical e o nome (ou substantivo). Propõe, enfim, o autor (*Ibidem*, p. 207-208) que é no discurso que os pronomes encontram a sua definição,

apontando para pessoas, seres vivos, objectos ou estados de coisas, em que a relação fixada na materialidade do pronome é deduzida da conexão da frase, do texto ou da situação do discurso. Pertencem à categoria dos sinsemânticos:

não nomeiam, mas estabelecem a ‘deixis’, a ‘mostração’, a ‘orientação’ (VILELA, 1999, p. 207).

Também Paredes Silva (1998), em pesquisa sobre ‘variação e funcionalidade no uso de pronomes de 2ª pessoa do singular no português carioca’, estuda as expressões de tratamento do interlocutor, na função sujeito, numa perspectiva funcionalista. Em questão, na verdade, uma variável ternária (*você, ce e zero*), para discutir a presença/ausência de pronome sujeito. Dentre os resultados apontados pela autora (*Ibidem*, p. 135), destacamos aquele que concerne aos casos de orações interrogativas do tipo sim/não, “em que se pode prescindir do pronome sujeito justamente porque sua identidade está garantida por outros traços do contexto”; uma abordagem que avalia o fator ambiguidade e, desse modo, aponta para o uso funcional dos pronomes de segunda pessoa *você e ce*.

Finalizamos esta seção trazendo dois trabalhos de Lopes (2008, 2019). No primeiro, *você* e *tu* são retratados em variação no português do Brasil. Neste, o objetivo traçado pela autora é formular “um panorama geral das consequências geradas pela inserção de *você* no sistema pronominal do português brasileiro” (LOPES, 2008, p. 55). Com tal fim, a autora parte dos resultados obtidos nos séculos XIX e XX, que apontam o início do processo de gramaticalização ou pronominalização de *você*, para então chegar aos séculos XX e XXI, com a efetiva implementação dessa mesma forma no sistema pronominal. A autora abre a construção da trajetória *vossa mercê*>*você* dizendo que “*Vosmecê, mecêa, vosse, você* e a própria forma original *Vossa Mercê* aparentemente chegaram no Brasil sem a força cortês dos primeiros tempos – século XIII-XIV”. A seguir, informa, em relação ao século XIX, que temos, no Brasil, uma concorrência que passa a ser maior entre *tu* e *você* em relações solidárias mais íntimas; o que permite a conclusão de que, no Brasil, o uso de *você* não é estratégia de tratamento negativamente marcada. À luz dos resultados de pesquisa considerados na análise, Lopes (2008, p. 69) conclui pela “formação de um paradigma pronominal que reflete um sincretismo entre a segunda e a terceira pessoa do singular com reflexos paralelos em algumas subcategorias pronominais”. Neste novo quadro pronominal, encontraríamos, portanto, a mistura de tratamento desde o século XIX, com os primeiros anúncios da inserção de *você* no sistema pronominal.

No segundo trabalho, acerca da formação dos sistemas de tratamento em português (do Brasil e de Portugal), Lopes (2019, p. 265) propõe-se, também, a “apresentar a distribuição das formas de 2ª pessoa *tu* e *você* na posição de sujeito no PE

e no PB com base em peças e depois em cartas para verificar a difusão diatópico-diacrônica”. Citando Machado (2011), Lopes (2019, p. 266) dá destaque ao que se segue em relação às formas de referência ao interlocutor (somente na função de sujeito): (i) há “uma diversidade de formas com a presença inclusive de *Vossa Mercê* [...] na fase mais recuada (XIX)”;

(ii) o pronome *tu* aparece no *corpus* praticamente no século XIX”;

(iii) a partir do século XX, as formas variantes são *você* e *o senhor*;

(iv) na segunda metade do século XX, constata-se, principalmente, o crescimento de *você*. Daí em diante, Lopes (2019, p. 269) traz os resultados sobre *você* e *tu*, em 1332 cartas pessoais dos séculos XIX e XX⁶, com destaque para os períodos e localização de predomínio de uma forma sobre outra, ou ainda de variação entre as duas formas em questão. A autora traz também resultados, quando considera ‘a pluralidade das relações sociais’ tomando como base de análise o modelo de Brown e Gilman (1960), consubstanciado na oposição *poder* e *solidariedade*. Sob tal modelo, Lopes (2019, p. 277) propõe que “entre os homens, mesmo com assimetria, prevalecia o *tu*, ao passo que havia predomínio de *você* se a missivista for mulher (mãe-filho e tia-sobrinho)”.

2. Discussão teórico-metodológica

Na lida com os textos das cartas e suas respectivas transcrições, detivemo-nos a promover uma transcrição que fosse fidelíssima ao documento em estudo, de tal modo a constituir um *corpus* que possa permitir o estudo da variação, por exemplo, tal como ela se dá nos textos escritos. A favor de tais cuidados, expressa-se Maia (2012) ao chamar a atenção para a formação linguística do pesquisador que precisa lidar com questões relativas à transcrição de dados. A propósito, afirma o seguinte:

Para que esse texto possa vir a servir de fonte para o estudo e conhecimento da história da língua, a edição deve reflectir fielmente a variação linguística presente no manuscrito, uma vez que actualmente no estudo histórico da língua não é possível deixar de considerar os seus efeitos (MAIA, 2012, p. 540).

Observadas as questões da ordem das transcrições, no sentido de privilegiar um estudo que sirva ao conhecimento de sincronias⁷ pretéritas, do que pode ser exemplo o

6 Remetemos o leitor a Lopes (2019, p. 269-275), sobre a distribuição de *você* e *tu*, particularmente em relação às regiões brasileiras do nordeste e sudeste. O estudo apresenta, em especial, quando e onde houve predomínio de *tu* sobre *você*; ou variação entre *tu* e *você*; ou ainda, predomínio de *você* sobre *tu*.

7 Fazemos notar que um estudo sincrônico, no nosso caso de um ano - ao longo dos meses de fevereiro a outubro de 1881 -, considera os fatos linguísticos a partir de um determinado ‘estado’ de sua evolução; o que não quer dizer que a descrição e a explicação desses mesmos fatos refletirão um estado estático e

nosso trabalho, passemos à análise do texto que nos chega de Tabatinga⁸, tendo sido escrito aos 13 de outubro de 1881. Reconsideremos o objetivo da Investigação: identificar as expressões de tratamento empregadas nas correspondências (ou as formas de referência ao interlocutor), para descrever as alternâncias de uso nos cinco domínios sintáticos já demonstrados. Para alcançar tal objetivo, dizemos, reportando-nos a trechos desta carta, que o remetente assume dirigir-se aos destinatários no plural, ao tomá-los por irmãos; notadamente os irmãos que, àquela altura, presidiam a empresa da família Araújo. Em função vocativa, chama-os por *Ilm^{os} Snr^s*. No corpo do texto da carta, lemos, a seguir e por primeiro, o pronome de tratamento *V S^{as}*, que está em função dativa pois que responde sintaticamente, de modo indireto, ao verbo pedir, em tempo *perfectum* - *pedi a V S^{as}*. Tomando, ainda, o texto em análise, lemos *Queirão ter a bondade mandar-me*, que é frase iniciada por verbo em 3ª pessoa do plural de uso imperativo ‘*Queirão*’ (*Queiram*); o que enseja dizer-se ‘Queiram os Senhores’, ou ainda, ‘Queiram Vossas Senhorias’. Como nada ‘disse’ o remetente depois do imperativo ‘*Queirão*’, constatamos o vazio ou a não lexicalização de nome ou pronome em função nominativa. No seu desfecho, a correspondência traz *Disponha do am^o / velho*. Este uso, do verbo ‘dispor’ também no imperativo, reflete escolha pela 3ª pessoa do singular; ocasião em que o remetente não faz o verbo concordar em número com os interlocutores aos quais se está dirigindo – donde ‘Disponham do amigo velho’ (no caso de contarmos com um uso prestigiado de língua).

Com o objetivo de contemplar a maneira de exercer a interlocução e construí-la num *continuum* – do mais distante (-íntimo) ao mais próximo (+íntimo), apreciamos também as escolhas lexicais do sujeito destinador da mensagem para os fins que expusemos. Ou melhor, como o emissor de uma mensagem (remetente, nas cartas), sob os fundamentos de seu ponto de vista (o do destinador do conteúdo a partilhar, nos termos de Bühler *apud* Jakobson, 1969⁹) expressa-se nas correspondências em exame; ensejando, por fim, a descrição de três lugares de exercício dos papéis interacionais: na abertura da

homogêneo da língua, mesmo porque tal postura implicaria prescindir do princípio de que as línguas naturais humanas têm natureza dinâmica.

8 Tabatinga é município do Estado do Amazonas. É nome de origem indígena, com dois matizes de significado. Em tupi, é barro branco (uma referência ao barro encontrado no fundo dos rios); em tupi-guarani, por sua vez, entende-se como casa pequena.

9 A referência a Karl Bühler tem duas intenções: a primeira, reavivar a construção dos termos ‘destinador’ e ‘destinatário’; segunda, remeter o leitor a Jakobson (1969), para o aprofundamento de termos e questões relacionados às concepções e funções da linguagem; o que, no nosso entendimento, é início de trajetória para quem estuda as ações de interação e suas particularidades no tocante a mensagens em português brasileiro.

correspondência, no corpo do seu texto e, então, no fechamento do documento. Para o exame dos três lugares antes identificados, reservamo-nos os cuidados às características que detêm as cartas comerciais; distinguindo-se estas das pessoais. As pessoais têm as informações centradas no emissor; enquanto as comerciais, no destinatário. Tratando das correspondências pessoais e da aplicabilidade do Princípio de Iconicidade de Givón (1995), e em particular do subprincípio da quantidade, Paredes Silva (1998) afirma que

Ora, estendendo o princípio às demais pessoas gramaticais e considerando-se o gênero de discurso cartas pessoais, nossa expectativa recai sobre informações centradas no emissor; portanto, a primeira pessoa é a mais predizível, por isso, mais “apagável”. As referências à segunda pessoa (ao destinatário da carta, portanto) são bem menos numerosas e ocorrem em circunstâncias bem marcadas: predominam nas seções de contato e de despedida (cf. Paredes Silva, 1988), e tendem a não se prolongar, a não apresentar continuidade, exceto em cartas de conselho (PAREDES SILVA, 1998, p. 125).

Nas cartas comerciais, portanto, objeto de nossa Investigação, não podemos deixar de considerar que a interação se constrói com a escrita. Ali, traçando-se um *continuum* de formalidade, a atenção parece dirigir-se mais, regra geral, para a linguagem; diferentemente do que pode ocorrer nas interações orais quando em ambientes de menor monitoramento. Nestes termos, intencionamos poder dizer, por exemplo mas não exclusivamente, nos casos de referentes determinados e empregados nas seções de contato e de despedida, quais exibem maior proximidade e quais ilustram os casos de maior distanciamento.

Desta feita temos nosso objetivo central que é descrever a instrumentalidade da linguagem relativamente a situações sociais (com relações de comunicação entre interlocutores reais), assumindo que a interação verbal é uma forma de atividade cooperativa e ordenada em termos de regras sociais e/ou de convenções e, nesse sentido, licenciadora do fato de que as expressões linguísticas são, elas próprias, sistemáticas e estruturadas, porque regidas por regras. No que dissemos, procuramos demonstrar que uma gramática funcional entende ser necessária a relação entre linguagem e contexto social; daí ser possível afirmar que tal abordagem considera basilar o fato de o uso subordinar a si próprio o estudo do sistema linguístico. Desenvolver, então, uma pesquisa pautada nos fundamentos funcionalistas (mesmo a despeito das diferenças que se vão construindo com o tempo) implica procurar revelar as propriedades das expressões linguísticas, em função da descrição das regras que regem a interação verbal.

Para atendermos a tais fundamentos, organizamos nossa análise da seguinte maneira. Para o levantamento de aspectos linguísticos formais, controlamos o que se segue: 1) as formas pronominais; 2) as nominais; 3) as formas verbais. Para o levantamento dos aspectos funcionais, controlamos o seguinte: 1) a Expressão de Tratamento (Pronome, SN afetivo, Outro); 2) a Função Sintática da Expressão (vocativa, nominativa, acusativa, dativa, oblíqua); 3) a Circunstância de Uso da Expressão (em relação ao texto da carta, se início, meio ou fim); 4) a Pessoa e o Número do Verbo (2ª, 3ª, Outra, Vazio); 5) a Desinência Flexional do Verbo (2ª, 3ª, Outra); 6) Perspectivação do significado verbal (Ativa, Passiva); 7) Tipo de relação sintática entre orações (Coordenação, Subordinação). É com tal controle que pretendemos dar a conhecer a distribuição das formas (e expressões) variantes na amostra em estudo. Conhecidas as formas, nós nos perguntaremos a respeito das mais (ou menos) marcadas, das mais (ou menos) complexas, com vistas à distribuição de sua frequência e ao desenho de sua complexidade estrutural e cognitiva (Princípio de Marcação, cf. GIVÓN, 1995). No que se refere ao Princípio da Marcação, tem-se que a estrutura considerada como a mais marcada é maior e mais complexa, mas (espera-se) menos frequente do que a não marcada. Em questão, portanto, a noção de categoria marcada – aquela que tende a ser cognitivamente mais complexa, porque seu processamento exige mais tempo, mais atenção e mais esforço mental que o demandado pela estrutura menos marcada. Para perto dessa noção, acrescentamos, entendemos como necessária a introdução das primeiras reflexões em torno da relação marcação-expressividade quando ensejamos, em nossa análise, o Princípio da Expressividade Retórica (cf. DUBOIS e VOTRE, 2012)¹⁰. Isso o fazemos para observar o que propõem Dubois e Votre (*Ibidem*, p. 12): “é preciso repensar o princípio de marcação, também, no que concerne à complexidade cognitiva, no sentido de que não é qualquer aumento de cadeia que vai implicar naturalmente um aumento das tarefas de decodificação”.

Intencionamos, por fim, considerar o texto das correspondências antes qualificadas, para determinar o lugar de uso de cada uma das expressões de 2ª pessoa, tanto nas seções de chamamento, quanto nas de contato e de despedida (estas últimas, cf. PAREDES SILVA, 1988). Dessa maneira entendemos ser possível submeter os nossos

10 Registramos nossos agradecimentos aos avaliadores às cegas deste artigo por nos recomendarem a ‘inserção do princípio de expressividade retórica’ em nossa análise; especialmente para avaliar a relação entre a frequência das variantes e os seus contextos de uso. A esse respeito, os autores Dubois e Votre (2012) chamam a atenção para o que têm demonstrado os resultados de pesquisa: mesmo formas menos marcadas podem ocorrer em contextos mais marcados.

dados a um tratamento de enfoque funcionalista, no sentido de ter como fundamento a relação entre linguagem e uso no contexto social; tal como a descreve Pezatti, ao afirmar que é imprescindível, no funcionalismo, “a tarefa de explicar o fenômeno linguístico com base nas relações que, no contexto sócio-interacional, contraem falante, ouvinte e a pressuposta informação pragmática de ambos” (PEZATTI, 2004, p.168). É esse conjunto de reflexões, portanto, que nos tem permitido, no caso em particular da nossa Investigação (ainda em curso), considerar as expressões de tratamento em PB como um objeto de estudo que ilustra a necessidade de que gramática e discurso sejam contemplados, de modo a ensejar a compreensão de que sistema (linguístico, naturalmente) e uso são temas indissociáveis.

3. Descrição e análise dos dados

Nossa amostra é composta por 104 (cento e quatro) cartas, enviadas aos irmãos Araújo – Joaquim e José. E é exatamente este aspecto, o da referência clara aos dois irmãos, que explica a escolha que fazemos pelo ano de 1881. Até àquele período, o cabeçalho das correspondências trazia, não raro, o seguinte registro para identificar o destinatário da mensagem: Senhor Araújo Rosas & Irmão¹¹. É com o ano de 1881 que notamos a inserção, no cabeçalho, de mais formas de tratar os donos da empresa, tais como (i) Amigos e Senhores, numa referência a ambos os irmãos; ou (ii) Im^o Sr Joaquim Gonçalves de Araujo, ou Ilm^o Amigo e Senr Joaquim, ou Amigo e Snr Roza, ou Amigo e Collega Joaquim Gon^{ves} de Araujo, ou ainda Bom Am^o Joaq^m Araujo, ou simplesmente Joaquim, ou somente Amigo. A esses casos em (ii), com referência única ao dono majoritário da empresa, o Joaquim, acrescentamos o emprego da forma ‘Primo’, levando-nos a um conjunto de cartas dentre as primeiras que, embora de natureza comercial, passam a trazer a identificação dos remetentes (ou do remetente) como a seguir: Primo e Am^{o12} Joaq^m, ou Primo e amigo Joaquim, ou então Primo Am^o Joaquim.

Em se considerando, então, o total de 104 cartas em exame, constatamos o emprego das seguintes expressões de tratamento, dirigidas aos destinatários das cartas, com a distribuição que se segue. Atentar para o fato de que somente as três primeiras referências reportam-se aos remetentes no plural. As demais tomam como remetente um

11 A forma ‘Senhores’ encontramos por extenso e também como Snr^{es}, Senr^{es}, Snr^s, Sn^s e Sen^{es}.

12 A abreviatura Am^o entendemos como Amigo, em atenção às muitas realizações que, em igual contexto sintático, trazem ora a forma por extenso, ora abreviada – o que vale tanto para o singular quanto para o plural (Am^{os} e Snr^s).

único proprietário da empresa. No plural, a relação se estabelece, majoritariamente, com o emprego de ‘Senhores’; depois, com o uso de ‘Primos’, que é termo da relação familiar; e, por último, nenhum pronome ou sintagma nominal a acompanhar os nomes Joaquim e José. No singular, a relação nos parece de outra ordem, porque já a opção pelo singular como remetente (que entendemos como um endereçamento da mensagem não a uma empresa mas a um indivíduo que se conhece) parece-nos uma estratégia de referenciação que se organiza, no que diz respeito ao *corpus* em estudo, da seguinte maneira: emprega-se o sintagma nominal ‘amigo’, mesmo com ‘Senhor’ e/ou Ilmo (exceptuando-se as 5 ocorrências com ‘Senr’), na tentativa de ‘reduzir a formalidade’; e, em seguida, fundamenta-se no uso de formas afetivas e/ou familiares, ou simplesmente no emprego do nome Joaquim – denotando a busca por maiores intimidade e aproximação (Amigo, Colega, Primo, Joaquim). Em resumo, uma relação que se qualifica com Senhor, ou com um SN afetivo, ou com expressão da ordem familiar, ou simplesmente com o nome do indivíduo. Vejamos a sua distribuição no *corpus* em estudo; distinguindo-se as referências no plural daquelas no singular. No plural, Senhores Araujo Rosas (Rozas) e Irmão, 72/104; Primos Joaq^m e José, 1/104; Joaq^m e José, 1/104. No singular: Primo e Amigo Joaquim, 7/30¹³; Senr Joaquim Gonçalves de Araujo, 5/30¹⁴; Amigo e Snr Joaq^m, 4/30¹⁵; Am^o Joaq^m Roza, 3/30¹⁶; Amigo Joaquim (Am^o Joaq^m), 3/30; Il^{mo} Amigo e Senr Joaquim, 2/30¹⁷; Amigo e Collega Joaquim, 2/30; Bom Amigo Joaquim (Bom Am^o Joaq^m), 2/30; Joaquim (Joaq^m), 2/30.

Reportando-nos à frequência que damos a conhecer sobre a função vocativa, constatamos, distinguindo das cartas pessoais, que as referências à segunda pessoa (ao destinatário da carta) são muito expressivas nas correspondências de tom comercial. E isso se deve, muito provavelmente, ao fato de o remetente ter ciência da relação de dependência que existe entre ele e o destinatário, a quem caberá ‘o favor’ de aviar as mercadorias solicitadas. A esse aspecto some-se o formalismo requerido em cartas

13 Foram 5 (cinco) as realizações de ‘Primo e Amigo Joaquim’, também registradas como ‘Amigo e Primo Joaq^m’; e 2 (duas) realizações sem a aditiva e: ‘Primo Am^o Joaq^m’.

14 Dentre as 5 (cinco) realizações de Senhor (Snr) seguidas do nome completo de Joaquim, 2 (duas) acrescentam o que decidimos nomear como aposto ao vocativo, com a inclusão das formas ‘Presadissimo Amigo e Senr’, antes do início do corpo do texto da carta, propriamente dito.

15 Na tentativa de compor grupos à luz de um *continuum* de maior ou menor intimidade, reunimos, num só conjunto, os seguintes dados: Amigo e Snr Joaq^m (2 ocorrências), Am^o e Snr Roza (1) e Am Sr Joaq^m (1).

16 Destas, duas ocorrências só trazem ‘Amigo Joaquim’, sem o uso do sobrenome da família.

17 Ilustríssimo vem representado por Il^{mo} ou por Ilm^o e numa única vez acompanhado por ‘Amigo’ que volta a ser usado em um segundo vocativo, antes do início do texto da carta de Santa Fé, aos 15 de setembro de 1881.

manuscritas e de natureza comercial. Neste caso, a abertura e a conclusão (a rigor, formulaicas) caem como luva como lugares próprios para a saudação e a despedida; o que, naturalmente, não é ignorado pelo emissor das cartas. O remetente pode, portanto, ser referenciado em dois lugares das missivas e assim o é na grande maioria das cartas (predominantemente nas seções de contato e de despedida) e, por vezes, também num terceiro lugar (no corpo do texto), assim como demonstramos em (1) e (2), a seguir. Bastava-nos, assim, a função vocativa para licenciar o estudo das expressões de tratamento em PB sob a noção de que distintas formas podem guardar semelhanças na designação ou representação de uma mesma função em linguística. O exercício da função vocativa expressa-se, portanto, em se considerando o que acabamos de registrar, com o uso de diversas formas e se empregou, nas correspondências em estudo, em dois lugares: preferencialmente no início do documento e logo abaixo da localidade e da data de escritura da carta. Ou, excepcionalmente, depois de dois ou três parágrafos de texto. Explicamos. Em três, dentre as 104 cartas que analisamos, veio novamente o vocativo quase ao final de longos textos; como a (re)instaurar uma aproximação ou um elo entre destinador e destinatário da mensagem. No caso das três correspondências, o recurso escolhido foi a forma ‘Amigos’, abreviada (Am^{os}). Numa, veio sozinho, como em (1), de 23 de junho; e noutras duas, acompanhado do adjetivo ‘caro’ ou de Senhores (este, abreviado: Senr^s), como em (2), de 15 de outubro. Notemos que, em (2), o vocativo ‘Am^{os} Senr^s’ é seguido de outra estratégia de tratamento – a forma Vm^{ces}; neste particular, de uso nominativo.

(1) Am^{os} no caso que eu tenha algum saldo na casa segundo calculo rogo a Vm^{ces} ter a bondade mandar-me metade em moeda corrente

(2) Am^{os} Senr^s Vm^{ces} farão o favor comprarem o constante da m^a Nota e remeterem pelo vapor

Sobre a distribuição das expressões de tratamento, acima, o que pretendemos conhecer, registrando e quantificando, é como cada uma dessas expressões ‘se relaciona’ com outros pronomes e nomes no corpo do texto das cartas e como ‘se realiza’ em cada uma das funções sintáticas antes definidas. Iniciamos com o registro de que nenhuma das cartas do ano de 1881 é assinada por mulheres¹⁸. Nas correspondências escritas por

18 Já em estudos anteriores, temos demonstrado que tal questão pode estar relacionada ao fato de que as necessidades materiais das mulheres eram descritas nas cartas por seus maridos ou por outras figuras masculinas do núcleo familiar delas; também (mas não só) em razão de elas, em sua grande maioria, não saberem escrever (cf. SILVA, 1974).

homens, portanto, pudemos constatar o que propõem Cunha e Cintra (1996, p. 296), acerca de os pronomes (ou nomes) de tratamento servirem às funções de objeto direto e indireto. De uso direto, ainda que preposicionado, temos um único exemplo, que é o que está em (3) e é de 1 de julho; e de uso indireto, os dados em (4) e (5), que ilustram a função dativa (tal como no título deste artigo) e aparecem, no nosso *corpus*, em três ocorrências com o verbo ‘rogar’ e em duas com o verbo ‘pedir’; em razão, segundo entendemos, do trato gentil que é construído pelos remetentes das cartas, mesmo sendo uma ocasião em que se formula um pedido comercial de venda de determinado produto ou serviço só disponível na capital Manaus. O ato de comercializar é fartamente qualificado (já o dissemos) pelo remetente como um favor, um ato de bondade ou uma delicadeza.

(3) por essa razão previno a Vm^{ces}, para não haver algum trabalho, no recebimento do din^o.

(4) Rogo a Vm^{ces} terem abondade, de mandar pelo portador desta, que é o meu filho a minha conta dos objectos que eu comprei¹⁹

(5) e por isso peço a Vm^{ces} ofavor de contractar ahi com o Com^{te} do “Augusto” para receber a referida Castanhas neste porto

Ainda sobre os complementos indiretos de formas verbais, podemos afirmar que também constatamos, além de Vm^{ce} (e Vm^{ces}), mais cinco usos variáveis na mesma função dativa, com os seguintes empregos: do sintagma nominal ‘amigo’ (ou amigos); do pronome ‘te’ e do pronome ‘lhe’ (ou lhes); como em (6), (7) e (8), respectivamente. Também em função dativa, um único dado com Vossa Senhoria, no plural, como exemplificado em (9), que é trecho de carta de 13 de outubro. E também uma única realização de ‘Senhor’ (no plural, $Senr^{es}$), como objeto indireto de pedir, em trecho de carta de 14 de junho. Esta ocorrência está em (10).

(6) peço aos am^{os} queirão ter abondade mandar-me um pouco de Dinheiro p^a os direitos municipais e m^s despesas²⁰

(7) Pesso te que nos mandes um [ilegível] de vinho branco igual ao que veio assim como as sementes de alface, e outros, e um regador

19 O dado em (4) é de 21 de março de 1881; e o que está em (5) é de 6 de março do mesmo ano.

20 Em (6), um dado de 6 de março; em (7), de 31 de maio; em (8), de 19 de fevereiro.

(8) rogo lhes ofavor mandar-me os objectos abaixo notados, a' [ilegível] do sal que Vm^{ces} me remeterão [...] na primeira occazião visto que a' m^a canôa não pode c/ a carga que tenho.

(9) Recebi a alpista e os vinte mil reis que pedi pelo vapor passado a V S^{as}.

(10) e ahi desde já pesso aos Senr^{es} para facilitar o transporte p^a aqui.

Na função dativa, portanto, as frequências de uso estão assim quantificadas: lhe (lhes), 24/59; a Vm^{ce} (Vm^{ces}), 22/59; te, 9/59; ao(s) amigo (s), 3/59; aos Senhores , 1/59.

Finalizamos as considerações sobre a função dativa, registrando que não encontramos 'vos' no exercício desta mesma função. Na verdade e a título de ênfase, 'vos' não é opção de nossos remetentes nos documentos do ano de 1881. Reconhecemos, por fim, a necessidade de mais bem detalhar os dados em flexão de número: plural e singular. Por ora, registramos que a frequência 3/59, a respeito de 'ao(s) amigo(s)', tem, dentre as três, uma que se realiza no singular. Em (11), nós a trazemos; sendo ela uma ocorrência de 14 de julho, em que o remetente opta por dirigir-se não à empresa mas a um dos irmãos; no caso, ao Joaquim, chamando-o, em vocativo, por 'Snr Joaquim Gonçalves de Araujo' e, no corpo do texto da carta, tratando-o por 'bom amigo' e por 'Vm^{ce}'. E mais, optando pelo emprego de flexões verbais e pronomes de terceira pessoa em toda a extensão da carta ('Recomende-me; lhe, seus negocios; seus desejos; seus Irmãos; aceite').

(11) peço desde já ao bom amigo desculpa, por lhe ser tão importuno. [...] Recomende-me aos seus Irmãos Manoel e Antonio; e Vm^{ce} aceite um abraço de seu Velho Am^o e Cr^o.

O que o exame da função dativa nos proporciona, especialmente, é que pode haver mais de uma forma para uma mesma função (nos termos de MARTELOTTA, 2011), no sentido de uma relação forma e função que aponte para uma iconicidade gradiente porque sensível ao que o uso pode determinar em termos, principalmente, de transitividade e de marcação, o que se aplicaria a nomes e a verbos. Enfim, aqui percebemos as tantas variantes alternativas a lhe(s), por exemplo: te, senhor, Vm^{ce}, (bom) amigo e V. S^a.

Para a expressão da função nominativa no plural, encontramos 'Am^{os}', Vm^{ces}, VS^{as} e o vazio (ou seja, a não lexicalização de forma nominal ou pronominal); de (12)²¹

21 O dado em (12) é de 16 de março; em (13), de 15 de outubro; em (14), de 22 de agosto; em (15), de 2 de junho. Em relação a (15), temos a registrar que a forma 'venderão' pode interpretar-se como 'venderam', de tempo passado completado.

a (15). Já no singular, de (16)²² a (18), identificamos as seguintes estratégias de tratamento: V S^a, Vm^{cc} e o vazio; este último, com destaque para o fato de que não há, entre os nossos dados, ocorrências de ‘tu’, nem de ‘vós’, nem mesmo de ‘você’ em função nominativa. Conhecemos, sim, uma única ocorrência de vocês em função nominativa (no plural e sem acento), que é a que está em (19) e vem logo após o vocativo “Primos Joaquim e José”.

(12) Os Am^{os} me farão o favor de remetterem por este portador [...] assim como 2 duzia de chocolate

(13) remeto a Vm^{ccs} uma arma p^a Vm^{ccs} mandarem comsertar e remeter me pelo mesmo portador, Vm^{ccs} farão o favor entregar aos meninos 2 alqueres de farinha que a Vm^{ccs} tinha dito.

(14) VS^{as} se intenderão com o mesmo Senr Adeministrador dos Correios

(15) Se ainda não venderão o Chapéo de Chil, queiram tambem remeterem-me. Adeus aqui me encontrarão sempre prompts a cumprir suas ordens.

(16) soube que VS^a ainda não se acha pago do que eu lhe fiquei devendo

(17) Vm^{cc} encontrará nesta 2:000 mil reis que é para Vm^{cc} mandar-me [...]do mesmo que Vm^{cc} tem.

(18) Recebi tua estimada carta e fico sciente de tudo quanto me dizes. [...] Pesso-te que d’este mes em diante pagues as minhas mensalidades para a Caixa Economica

(19) Estimo que estejam de saude [...] e por isso acho bom que voces lhe mandem oque elle pediu

Nós nos valemos do dado em (19) para chamar atenção às ocorrências que envolvem as muitas formas que correspondem a Vossa Mercê. Sobre o tema, Cegalla (1977:114) propõe que “Você (pl. vocês), usado no trato familiar e íntimo, é a redução de Vossa Mercê”. Também Viaro (2011, p. 146), referindo-se a perdas, agora envolvendo ‘você’, afirma que “A possibilidade estrutural, a velocidade de fala e a alta frequência de

22 O trecho de carta em (16) é de 19 de julho; em (17), de 17 de outubro; em (18), de 14 de julho. O trecho em (19) não informa o dia da escritura da carta; no seu cabeçalho, só lemos o mês de julho de 1881.

uso são fatores que motivaram subtrações irregulares, como a já vista aférese²³ de *você*> *['vse]>['se], que se diferencia da aférese [o'se]<*você*”.

No ano que tomamos para apreciar, o de 1881, temos as já informadas 22 realizações de *Vm^{ce}* (ou *Vm^{ces}*) em função dativa. Temos mais 37 em função nominativa; três em função oblíqua e uma como agente da passiva. Os nossos dados dão conta também do emprego de ‘vocês’ (com distintas grafias) em quatro momentos: em função nominativa, que já registramos em (19); em função oblíqua, porque complemento preposicionado de nome, como em (20)²⁴; e em função genitiva, como em (21)²⁵ e (22)²⁶.

(20) Se não fosse estar tão comprometido com Vocês

(21) recebi uma carta de voces remetendo as calças para o Theodorico oque já recebi

(22) Quanto aos 300:000 que tinha elle posto em casa de voçes; [...] sobre os negócios do Snr Dantas a' casa de voçes

Voltamos à função nominativa somente para apontar nosso interesse de aprofundar questões de ordem e de paralelismo que são aspectos pragmático-discursivos que podem nos ajudar a identificar os contextos explicativos da opção por uma determinada variante linguística. Na função nominativa, por exemplo, também se pode encontrar *Vm^{ces}* em posição de posposição ao verbo – no *corpus* em estudo, com todos os verbos no plural (veja-se 23). Interessa-nos seguir pesquisando sobre como se constituem os enunciados que trazem *Vm^{ce}* (e flexões, com ou sem acento), entendendo, fundamentalmente, que a ausência de acento, como observado em nosso conjunto de dados, é reveladora da perda de substância fonética de ‘Mercê’, o que aponta para a noção de clítico (forma átona, portanto) e não mais de pronome. Este, mais um aspecto que enseja o estudo de Vossa Mercê como um percurso de gramaticalização.

23 Entendamos aférese como a mudança fonética que resulta de uma transformação com supressão ou subtração de som inicial: avó>vó.

24 Em (20), Vocês apresenta-se com V maiúsculo, com acento circunflexo e no plural. É ocorrência de 30 de agosto.

25 Assumimos ‘de vocês’ como adjunto adnominal restritivo de ‘casa’. Não deixamos de avaliar a função dativa, tal como aquela que resulta do teste “recebi de voces uma carta”, até para refletir sobre a **ambiguidade** de sentido que ali existe. O trecho de carta é de 14 de julho.

26 Em (22), trazemos duas realizações de um mesmo registro – ‘voçes’. Sem acento e com a cedilha junto ao c. Ali, em atenção à ideia de posse e à função restritiva determinada pelo ‘de voçes’, assumimos como sendo função genitiva. As duas ocorrências são de 19 de setembro.

(23) Junto a' esta encontrarão Vm^{ces} a relação de meo pedido de mercadorias p^a o fabrico de peixe²⁷

Nossos resultados preliminares acerca da função nominativa apontam para a lexicalização de Vm^{ce} (ou Vm^{ces}) em 38% das ocorrências (tal como “certa regularidade na frequência da segunda pessoa explícita”, cf. PAREDES SILVA, 1998, p. 128); o que assumimos como motivação de ordem funcional, pois que, em alguns casos, não manter o pronome (ou o nome) permite a construção de ambiguidades formais e/ou de sentido e assim comprometendo a clareza do texto – seja oral, seja escrito.

Compreendemos, também, ser necessária a análise do vazio, nas diversas funções em estudo, para identificar o lugar (e/ou lugares) dessa opção (pela não lexicalização). Em tempo, só a temos quantificada relativamente à função nominativa e no plural – o que nos dá 58% contra os 38% da realização de Vm^{ce} (ou Vm^{ces}). Uma questão que queremos tratar em separado, com vistas ao cotejo com os dados de pesquisa sobre o final do século XIX, a respeito d' “o aumento da frequência de sujeitos lexicais, resultante de uma reorganização do sistema pronominal” (cf. TARALLO, 1993, p. 70 *apud* LUCCHESI e LOBO, 1996, p. 305).

Consideremos, então, a função oblíqua, que aqui tomamos como um complemento preposicionado de nome; do que é exemplo o dado em (24)²⁸. Nesta função, encontramos 5 (cinco) realizações com Vm^{ces} e 1 (uma) com te (esta, em 25)²⁹.

(24) garanto que sou devedor a Vm^{ces}

(25) pesso-te o favor de veres se me podes obter uma passajem pelo que te ficarei grato

Trazemos, por fim, uma função sintática que não consideramos inicialmente para fins de nossa análise: a função de adjunto adnominal ou genitivo. Nesta função, que explicamos tomando-a do latim clássico, nós retratamos o adjunto adnominal restritivo, ou seja, aquele que congrega a ideia de posse e recupera, na passagem para o português, a preposição ‘de’. No contexto sintático dessa função, recordamo-nos de pesquisas que vêm tratando a alternância de uso dos pronomes possessivos de terceira pessoa (PERINI, 1985; KATO, 1985; CERQUEIRA, 1996; PERES, 2007) e apontando a concorrência entre ‘seu’ e ‘dele’. No *corpus* que estamos estudando, constatamos (inicialmente) a

27 A ocorrência é de 23 de junho de 1881.

28 Em (24), temos um trecho de carta escrito aos 15 de março.

29 Em (25), uma ocorrência de 29 de julho.

variação binária que se realiza entre ‘seu’ (com distintas grafias e flexões) e ‘de Vossa Mercê’ (igualmente com várias grafias). A esse propósito, citamos (26)³⁰ e (27) para ilustrar o que a prática discursiva (dos nossos remetentes) tem a ‘dizer’ diante de um pronome possessivo que vem perdendo seu conteúdo semântico e, deste modo, cedendo espaço à introdução da preposição ‘de’, a que se juntam outros pronomes ou nomes. Dentre os exemplos a que tivemos acesso, apresentamos os seguintes: *seo favor* (favor de Vm^{ce}), *seu socio* (socio de Vm^{ce}), *os seus pedidos* (os pedidos de Vm^{ces}), *seo negocio* (negocio de Vm^{ce}).

(26) Ficamos de posse de seu estimado favor de 9 do andante o qual respondemos.

(27) Tenho presente o estimado favor de Vm^{ces} de 30 do mês pp^{do}.

Acrescentemos à luta entre ‘seu’ e ‘de Vm^{ce}’ o pronome possessivo ‘teu’ (e flexões) quando em relação ao termo carta, como em (28). Para nós, um mesmo ambiente sintático de interpretação da noção de posse que se constrói, em nossos documentos, com uma variável ternária.

(28) Hoje recebi a tua estimada carta com data de 5 do corrente em que me fallas sobre o Senr Dantas.

Estes três últimos exemplos demonstram, em relação à construção da ideia de posse, que as formas possessivas de 2ª pessoa (originalmente, teu e flexões) convivem com formas possessivas de 3ª pessoa (seu e flexões). O que se aplica a Vm^{ce} e, por extensão, a você, que é discursivamente uma forma de 2ª pessoa mas com comportamento gramatical dos nomes de 3ª pessoa. É, de novo, ‘o você’, agora pronome lexicalizado, que passeia pelas funções já exercidas por outros pronomes, dentre as quais a própria do pronome possessivo (‘seo favor, favor de Vm^{ce}’). Daí vemos ocorrências com Vm^{ce} correlacionando-se com seu e teu, por exemplo; permitindo-nos a afirmação de que o sistema pronominal do português brasileiro ‘experimenta’ uma variação com o uso de formas de tratamento e possessivas (estas, só para citar alguns exemplos) que já não podemos chamar de referenciais somente desta ou daquela pessoa. Também a respeito do uso dos possessivos, Peres (2007, p. 163) explica, citando Lopes e Duarte (2003, p.10-11), que, ao lado de ‘teu (s)/tua (s)’, convivem ‘seu(s)/sua(s)’ e ‘de você(s)’, assim como ao lado de ‘te’, podemos ter ‘lhe’. Diz também que é em razão dessa ‘mistura’ entre as formas da 2ª e da 3ª pessoas que o ‘dele’ encontra lugar e passa a ser empregado com o

30 Em (26), um dado de 14 de julho. Em (27), de 11 de agosto.

objetivo de desfazer a ambiguidade que possa ser construída com o possessivo ‘seu’, já que é este “agora correspondente tanto à 2ª quanto à 3ª”. Em linhas gerais, é o que constatamos em trechos da carta de 30 de agosto, a seguir – em (29):

(29) Recebi sua carta [...] então lhe farei ciente de tudo [...] Manda-me dizer o que tirei no Bilhete.

Nossos resultados, bem a propósito do que acabamos de trazer em descrição, corroboram a afirmação de Lopes (2019, p. 266) sobre ‘a diversidade de formas de referência ao interlocutor’ no século XIX – nos trabalhos de Lopes, relativamente à função sujeito. No nosso, também nas demais funções sintáticas que estamos estudando.

Dentre as expressões de tratamento em questão, servimo-nos também de *Vossa Mercê* para dar conta do Princípio da Marcação. No nosso conjunto de dados, não encontramos nenhuma ocorrência desta estratégia de referenciação escrita por extenso. O que notamos é a construção de uma trajetória, que parte da abreviatura – $Vm^{ces} > Vocês > v\acute{o}c\acute{e}s$ (voçes). Por ora (enquanto não consideramos os anos subsequentes a 1881), estamos entendendo que a menor complexidade estrutural (e também cognitiva) de Vm^{ces} possa justificar a sua elevada frequência no nosso conjunto de dados; especialmente quando posta em amostra binária – tanto em relação a ‘aos amigos’, quanto em relação a ‘aos senhores’, em função dativa, por exemplo.

Considerações Finais

No que procuramos trazer sobre a nossa investigação em curso, vale enfatizar que a expressão de tratamento em PB pode ser estudada como uma expressão variável de natureza sintático-discursiva. Nossa amostra aponta, em todas as sintaxes em estudo, a possibilidade de se constituir (até mesmo) variáveis ternárias; o que enseja a pesquisa acerca do uso exclusivo de determinadas formas, a mistura dessas mesmas expressões, ou então a alternância dos usos variáveis. Partimos, então, de uma formulação prescritiva que obrigava o uso do *tu* e do *vós* para o trato direto em segunda pessoa e chegamos, em linhas gerais, a um valor quantitativo expressivo das formas de tratamento em português brasileiro.

Na base desta transformação, assim como na de outras de natureza linguística, está o indivíduo, como o concebe Monteiro (1994, p. 50), reportando-se a Goffman (1985, p. 228): “o indivíduo tende a expressar-se diante dos outros com base na impressão que estes

transmitem de algum modo e, por conseguinte, os circunstantes ou ouvintes não deixam de ter uma influência decisiva no ato de enunciação”. Como resultado deste poder de fazer escolhas ao enunciar, estamos vendo acontecer uma revolução no sistema pronominal do nosso português; do que pode ser exemplo o tema que tomamos para estudar e trouxemos neste artigo, também com o objetivo de demonstrar que há, neste domínio sintático-pragmático, uma convergência de formas envolvendo a 2ª e a 3ª pessoas do discurso. Ao que tudo indica, muito se pode explicar com a entrada de ‘você’, que tem origem nominal em Vossa Mercê. A partir de então, simplificando, travam-se lutas entre amostras ternárias: não só entre os pronomes do trato cerimonioso e aqueles do trato íntimo e pessoal, mas também entre o que acabava de chegar na altura do século XIX: o *você*, que passa, daí em diante, a disputar espaço especialmente com o *tu* (como revelam os trabalhos a que fizemos referência neste artigo).

Regulam-se, a partir de então, mais expressões na designação de uma única função – a de referenciar o não-eu. Este que é o *tu* e que “só existe em relação ao eu que o designa” (cf. MONTEIRO, 1994, p. 50). Na verdade, que era o *tu*, no princípio e tão somente. Hoje, entre as mudanças no sistema flexional da língua (cf. KATO, 1991 *apud* CERQUEIRA, 1996, p. 141), fundamentalmente aquelas pertinentes ao sistema de clíticos em PB, o que vemos acontecer diante de nós, porque nos tempos que nos são contemporâneos, é a reescritura (ou a sua necessidade) de um novo quadro de pronomes que possa refletir as transformações determinadas pelos falantes da língua portuguesa do Brasil. O nosso *corpus*, neste sentido, corrobora o resultado de outras pesquisas que também exibem mais recursos além do *tu*, para o exercício do trato direto do destinatário de uma mensagem.

Um primeiro resultado aponta na direção de um indivíduo (remetente, neste caso) que busca a aproximação social mesmo quando em contexto mais formal dos usos linguísticos: nas cartas comerciais em estudo, exercita-se a aproximação, inicialmente com a introdução de sintagmas nominais afetivos (Amigo, Colega); depois, com a inserção de expressão da ordem familiar (Primo); e, por fim, com o emprego do nome do indivíduo (Joaquim). Embora a variante Senhores, com frequência de uso na ordem de 72/104, ilustre a forma preferencial de Uso na seção de contato e assim denote maior distanciamento, o trato cerimonioso presente nas relações de natureza comercial vai sendo ‘desconstruído’ em favor de uma maior aproximação entre os envolvidos na relação de compra e venda. Quer nos parecer que a solidariedade deseja encontrar lugar neste contexto e, por consequência, redefinir os papéis sociais em questão; do que pode ser

exemplo o que constatamos em três das correspondências estudadas: a forma ‘Amigos’, abreviada (Am^{os}), é empregada (em função vocativo) quase ao final de longos textos como a (re)instaurar uma aproximação ou um elo entre destinador e destinatário da mensagem.

Os resultados pertinentes à função dativa especialmente indicam, além da ausência de *vos* entre os nossos dados, que o *te*, mesmo sendo o menos marcado, não é por isso o mais frequente (9/59). São ali mais expressivos *lhe* (*lhes*), com frequência de 24/59 e, logo a seguir, *a Vm^{ce}* (*Vm^{ces}*), com 22/59; indicando a relevância do Princípio da Expressividade Retórica, no sentido de salvaguardar equilíbrio às tarefas de codificação. Nesta função menos marcada, de dativos benefactivos, constatamos que não são as escolhas preferenciais as formas de maior complexidade estrutural, tais como ‘ao(s) amigo(s)’, com 3/59 de frequência de uso, seguida de ‘aos Senhores’, com 1/59 de ocorrência. Falta-nos, por exemplo, relativamente a essa função e sua relação com as orações de valor subordinativo (num contexto mais marcado, portanto), poder dizer qual é a opção de Uso, tanto em função da relação de coordenação e subordinação entre orações, quanto em função da perspectiva da ação expressa pelo verbo (se ativa, se passiva; não-marcada e marcada, respectivamente).

Pudemos demonstrar que, em resposta às pressões discursivas, *Vossa Mercê* nem mais se realiza lexicalmente, por extenso, no nosso conjunto de dados. Revela-se como *Vm^{ce}* (assim, abreviada), forma de que se reveste para assumir novos usos gramaticais: de nome de tratamento (em 3ª pessoa) a pronome de 2ª pessoa (cf. LOPES, 2008, p. 56); função que fica clara quando entra em disputa com o *tu* por este mesmo domínio funcional. Destacamos, sobre *Vm^{ce}* (e flexão), que esta variante é o recurso mais produtivo da variável em estudo (expressão da segunda pessoa), pois faz-se presente em todas as funções estudadas e descritas neste artigo (inclusive a de genitivo), exceptuando-se aquela compreendida como vocativo. É opção de escolha em lugar de maior monitoramento (modalidade escrita/cartas comerciais), avança espalhando-se a mais contextos de uso e acaba por se impor como *Vocês* > *voces* (ora com ç) quando, então, alarga-se, em especial, aos contextos característicos do *tu*. A esse respeito, revejam-se os dados entre (19) e (22), para identificar a relevância em que *V* (de *Vocês*, em 20) é maiúsculo numa clara referência a *Vossa* (de *Vossa Mercê*); ao que, depois, achegam-se as realizações de *voces* (no plural e sem acento). Em se considerando o conjunto dos nossos dados, assim nomeamos a trajetória de *Vossa Mercê*, quando no plural: *Vm^{ces}* > *Vocês* > *voces* (voçes). A título de ênfase, registramos, que não encontramos, até ao

momento, nenhum caso de Vossa Mercê por extenso, nem singular, nem plural. A esse respeito, concluímos dizendo que, nos distintos contextos de uso envolvendo *Vm^{ce}*, deparamo-nos com um item em muito distante de sua forma original (Vossa Mercê), o que aponta, fundamentalmente, para a redução fonológica de que trata Castilho (2001, p. 34), por exemplo, em estudos sobre itens em processo de gramaticalização. Nos nossos dados, portanto, *Vm^{ce}* faz-se estruturalmente menos complexa.

Sobre o vazio, ou a opção pela não lexicalização, nós constatamos 58% de ausência de pronome ou nome ou sintagma nominal afetivo em função nominativa (por ora a única quantificada). Como experienciamos o afrouxamento das flexões verbais, interessa-nos seguir pesquisando acerca do preenchimento das funções aqui em estudo (em especial, a função sujeito), para cotejar com os dados de pesquisa sobre o final do século XIX, a respeito d' "o aumento da frequência de sujeitos lexicais, resultante de uma reorganização do sistema pronominal" (cf. TARALLO, 1993, p. 70 *apud* LUCCHESI e LOBO, 1996, p. 305).

Em linhas gerais, os nossos resultados corroboram a afirmação de Lopes (2019, p. 266) sobre 'a diversidade de formas de referência ao interlocutor' no século XIX; nos trabalhos de Lopes, relativamente à função sujeito. No nosso, também nas demais funções sintáticas que estamos estudando; com especial destaque à interpretação da noção de posse que se constrói, em nossos documentos, com uma variável ternária (dados 26 a 28): *seu, teu, de Vm^{ce}* (e flexões).

Temos a expectativa, por fim, com este trabalho em curso, de contribuir com os resultados em favor da descrição do inventário lexical do PB; em particular, o que se aproveita do gênero textual epistolar (cf. TIN, 2008) e, neste lugar, do trato do outro, o interlocutor. Temos ciência de que muito ainda há a ser feito em torno do tema que colocamos neste artigo e por isso seguimos entendendo que as relações sociais podem ser mais bem conhecidas com a descrição do grau de intimidade que o remetente constrói a cada documento que escreve. Nas suas escolhas lexicais e na pertinência de cada uma delas, revela-se um novo sistema pronominal (e nominal), porque não alheio, fundamentalmente, aos crescentes processos de simplificação determinados pelas gentes que falam (e escrevem) português – no nosso caso, do Brasil e registrado no Amazonas de 1881.

REFERÊNCIAS

CASTILHO, Ataliba T. de. Introdução à Linguística Cognitiva. Relatório Científico submetido à FAPESP (Proc. 99/10399-9). Brasília: CNPQ / S. P.: USP, 2001.

CEGALLA, Domingos P. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 16. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

CERQUEIRA, Vicente C. A forma genitiva 'dele' e a categoria de concordância (AGR) no português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (Orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica. Homenagem a Fernando Tarallo*. 2ª edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Edições João Sá da Costa. Lisboa. 12ª Edição, 1996.

DUBOIS, S.; VOTRE, S.J. Análise modular e princípios subjacentes do funcionalismo linguístico. In: S. J. Votre (Org.). *A Construção da Gramática*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2012. p. 39-67.

GIVÓN, T. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969.

KATO, Mary. A complementaridade dos possessivos e das construções genitivas no português colonial: réplica a Perini. D.E.L.T.A., vol 1, nºs 1 e 2, 1985, p. 107-120.

LOPES, Célia Regina dos Santos. Retratos da variação entre "você" e "tu" no português do Brasil: sincronia e diacronia. In: RONCARATI, Claudia; ABRAÇADO, Jussara. (Orgs.). *Português Brasileiro II - contato linguístico, heterogeneidade e história*. 1 ed. Niterói: EDUFF, 2008, v. 2, p. 55-71

_____. A formação dos sistemas de tratamento em português: mudança e avaliação. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, 5 (Especial): 257-294, jan. | jun. 2019.

LUCCHESI, Dante; LOBO, Tânia. Aspectos da Sintaxe do Português Brasileiro. In: FARIA, Isabel Hub; PEDRO, Emília Ribeiro; DUARTE, Inês; GOUVEIA, Carlos A.M. (Orgs.). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Caminho Coleção Universitária. Série Linguística, dirigida por Maria Raquel Delgado Martins. Lisboa, 1996.

MAIA, C. A. Linguística Histórica e Filologia. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (eds.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias [online]*. EDUFBA. Salvador. 2012. p. 533-542

MARTELOTTA, M. E. *Mudança linguística: uma abordagem centrada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTEIRO, José Lemos. *Pronomes Pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. *Cartas cariocas. A variação do sujeito na escrita informal*. Tese de Doutorado: UFRJ, 1988.

_____. *Variação e funcionalidade no uso de pronomes de 2ª pessoa do singular no português carioca*. Rev. Est. Ling., Belo Horizonte, v.7, n.2, p.121-138, jul./dez. 1998.

PERES, Edenize Ponzo. De “vossa mercê” a “cê”: os processos de uma mudança em curso. *Revista (con) Tex. Ling.* Vitória, nº 1, p. 155 – 168, 2007.

PERINI, Mário Alberto. *O surgimento do sistema possessivo do Português Coloquial: uma interpretação funcional*. D.E.L.T.A. v.1, n.1 e 2, p.1-16, 1985.

PEZATTI, Erotilde G. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna C. (Orgs.). *Introdução à Linguística. Fundamentos Epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Transmissão, conservação e fusão cultural no Rio de Janeiro (1808-1821). *Revista de História (USP)*, v. XLVII, n. 97, p. 154-159, jan/mar 1974.

TIN, Emerson. A arte de escrever cartas. *Revista de Literatura Brasileira* [8 19]; São Paulo, p. 395-428, 2008.

VIARO, Mário Eduardo. *Etimologia*. São Paulo: Contexto, 2011.

VILELA, Mário. *Gramática da Língua Portuguesa. Gramática da Palavra. Gramática da Frase. Gramática do Texto/Discurso*. Almedina. 2ª Edição. Coimbra, 1999.

VOTRE, Sebastião José; RIOS de OLIVEIRA, Mariângela. Resenha de GIVÓN, T. (1995). *Functionalism and Grammar*. DELTA, vol. 13, nº2, 1997 (331-40)